

PERFORMATIVIDADE E ABJEÇÃO EM QUARTO DE DESPEJO: A LINGUAGEM COMO PODER EM JUDITH BUTLER

Barbara Leandra Porto Mota

Mestranda pela Universidade Federal de Ouro Preto, membro do grupo de pesquisa Laboratório de Estudo dos Afetos – LEA.

E-mail: Barbara.mota@aluno.ufop.edu.br.

Orcid: 0009-0005-6984-9664.

RESUMO

Este artigo analisa a escrita de “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus à luz da teoria de Judith Butler, com foco na *performatividade*, *abjeção* e a *linguagem* como poder. A autora, por meio de seu diário, subverte as normas que a excluem, criando um espaço de resistência e subjetivização. A proposta é entender a escrita de Carolina como um ato performativo que, ao mesmo tempo, denuncia a marginalização e ressignifica o lugar da mulher negra e favelada na sociedade. A teoria de Butler oferece a chave para pensar como a *linguagem* pode tanto limitar quanto possibilitar novas formas de subjetividade, no caso da autora, como uma forma de resistência política e existencial.

PALAVRAS-CHAVE

Performatividade; Abjeção; Linguagem; Resistência; Subjetividade.

ABSTRACT

This paper analyzes the writing of “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada” by Carolina Maria de Jesus through the lens of Judith Butler’s theory, focusing on performativity, abjection, and language as power. Through her diary, the author subverts the norms that exclude her, creating a space for resistance and subjectivation. The aim is to understand Carolina’s writing as a performative act that, at the same time, denounces marginalization and redefines the position of the black and poor woman in society. Butler’s theory provides the key to understanding how language can both limit and enable new forms of subjectivity, in the author’s case, as a form of political and existential resistance.

KEYWORDS

Performativity; Abjection; Language; Resistance; Subjectivity

INTRODUÇÃO

A escrita de Carolina Maria de Jesus em “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” é um gesto radical de existência. Mais do que narrar a miséria, a autora inscreve na *linguagem* uma denúncia que expõe as estruturas de exclusão social, racial e de gênero que atravessam o Brasil. Sua voz, registrada em cadernos encontrados no lixo, rompe o silêncio imposto às mulheres negras e pobres, inserindo no discurso público aquilo que a norma social e política busca expulsar: a *abjeção*. É nesse ponto que a leitura filosófica de Judith Butler oferece uma chave potente de interpretação. A partir da teoria da *performatividade* e da *abjeção*, é possível compreender a escrita de Carolina como um ato performativo que desafia a lógica da marginalidade, reinscrevendo o sujeito excluído no espaço simbólico da *linguagem*.

Judith Butler, especialmente em “Problemas de Gênero Feminismo e Subversão da Identidade” publicado em 1990, “Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”” publicado em 1993 e “Vida Precária Os Poderes do luto e da violência” publicado em 2004, mostra como o sujeito é constituído por normas de inteligibilidade social, sendo reconhecido como tal apenas quando se encaixa em categorias previamente legitimadas. Fora dessas normas, o corpo é abjeto: vive à margem da representação, do cuidado e do reconhecimento. A *performatividade*, por sua vez, é o mecanismo pelo qual essas normas se atualizam e, ao mesmo tempo, podem ser subvertidas. Ao escrever sua vida, Carolina Maria de Jesus mobiliza a *linguagem* de forma a desestabilizar os discursos que a excluem, criando um espaço político a partir do qual o corpo negro, feminino e favelado pode ser escutado.

Este artigo busca analisar a escrita de “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” à luz da filosofia de Judith Butler, interrogando como a *linguagem* funciona como instrumento de exclusão e, paradoxalmente, como possibilidade de resistência. A hipótese é que a escrita de Carolina, ao enunciar a fome, a dor e a luta cotidiana, realiza uma performance de subjetivação que tensiona os limites da *abjeção*. Trata-se, portanto, de pensar a literatura como campo de disputa simbólica e política, onde a *linguagem* produz realidade e reconfigura os lugares sociais do corpo.

JUDITH BUTLER: *LINGUAGEM E ABJEÇÃO*

A filosofia de Judith Butler provoca uma inflexão radical no modo como a tradição ocidental comprehende as noções de sujeito, corpo e *linguagem*. Em um movimento que desvia do essencialismo e da ontologia do sujeito autônomo, Butler constrói uma teoria da constituição do sujeito como um efeito das normas discursivas e práticas sociais. Para a filósofa, o sujeito não é uma substância preexistente, mas um produto de práticas discursivas, continuamente constituído em interações e repetições reguladas de atos performativos. Em “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade”, a autora descreve o gênero como “um conjunto de atos estilizados, repetidos no interior de um quadro regulatório altamente rígido” (Butler, 2023, p. 69). Nessa perspectiva, o gênero não é simplesmente o que se é, mas o que se faz dentro de um campo de normas que distribuem inteligibilidade e reconhecimento, estruturando a possibilidade de ser ou não reconhecido como sujeito.

Entretanto, se os atributos de gênero não são expressivos, mas performativos, então constituem efetivamente a identidade que pretensamente expressariam ou revelariam. A distinção entre expressão e *performatividade* é crucial. Se os atributos e atos do gênero, as várias maneiras como o corpo mostra ou produz sua significação cultural, são performativos, então não há identidade preexistente pela qual um ato ou atributo possa ser medido; não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero verdadeira se revelaria uma ficção reguladora. O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (Butler, 2023, p.188).

Nesta passagem, Judith Butler argumenta que os atributos de gênero não são expressões de uma identidade prévia, mas sim atos performativos que produzem a própria identidade que aparecem apenas revelar. A distinção entre expressão e *performatividade* é fundamental: enquanto a expressão pressupõe uma essência anterior que se manifesta externamente, a *performatividade* implica que não há uma identidade de gênero preexistente, mas que ela se constitui por meio da repetição de atos e gestos normativos. Dessa forma, não faz sentido falar em atos de gênero "verdadeiros" ou "falsos", pois a ideia de uma identidade de gênero autêntica é, na verdade, uma ficção reguladora, uma construção que serve para manter a coerência de normas sociais

hegemônicas. Ao afirmar que o gênero é criado por performances sociais reiteradas, Butler evidencia que as próprias categorias de “sexo essencial” ou de “masculinidade” e “feminilidade” verdadeiras são também construções. Essas categorias operam como parte de uma estratégia que mascara a *performatividade do gênero*, sustentando sistemas de dominação como a heterossexualidade compulsória e o ideal de masculinidade normativa. Com isso, ela abre espaço para pensar nas possibilidades de proliferação de identidades de gênero fora dos esquemas binários e normativos, destacando o potencial subversivo da performance.

Esse processo de “fazer” o sujeito é compulsório e normativo, não sendo uma expressão de escolha ou vontade individual. A *performatividade*, nesse sentido, se refere à repetição regulada de gestos e práticas que atualizam as normas sociais de gênero. Diferentemente do conceito de performance, entendido como um ato estilizado de expressão com intenção, a *performatividade* descreve a constituição do sujeito como um efeito que não é necessariamente intencional, mas sempre repetido sob as regras de uma norma que regula o reconhecimento e a possibilidade de ser visto como sujeito. A *linguagem*, nesse sentido, não é apenas um instrumento de comunicação, mas o próprio meio através do qual o sujeito é constituído. O sujeito, portanto, emerge por meio da *linguagem* e da repetição desses atos regulados.

No aprofundamento dessa discussão, em “Corpos que Importam: Sobre os Limites Discursivos do “Sexo”” (1993), Butler argumenta que certos corpos, que se conformam às normas dominantes de gênero e sexualidade, são reconhecidos como humanos, como sujeitos válidos. Contudo, outros corpos aqueles que não se ajustam às normativas sociais de heterossexualidade e cisgeneridade são classificados como abjetos. A *abjeção*, conceito oriundo do diálogo entre Judith Butler e da psicanálise e da crítica feminista de Julia Kristeva (1982), refere-se a aquilo que precisa ser expulso e marginalizado para que a norma continue intacta. O corpo negro, o corpo dissidente, o corpo feminino todos esses corpos são relegados ao estado de *abjeção*, pois sua existência desestabiliza as normas sobre o que constitui a humanidade e o sujeito reconhecível.

Mas se as descrições do corpo têm lugar em um esquema imaginário e por meio dele, ou seja, se essas descrições são investidas psíquica e fantasmaticamente, haveria ainda algo que poderíamos chamar de corpo em si que escape a essa esquematização? Podemos oferecer pelo menos duas respostas a essa pergunta. Em primeiro lugar, a projeção psíquica confere limites e, portanto, unidade ao corpo, de modo que os próprios contornos do corpo são os locais que vacilam entre o psíquico e o material. Contornos

corporais e morfologia não estão meramente implicados em uma tensão irredutível entre o psíquico e o material, mas são eles próprios a tensão, portanto, a psique não é a rede através da qual um corpo preexistente poderia se mostrar. Essa formulação faria imaginar o corpo como um “em si” ontológico que só se torna disponível por meio de uma psique que estabelece seu modo de aparição como um objeto epistemológico. Em outras palavras, a psique seria uma chave epistêmica mediante a qual o corpo é conhecido, mas o sentido em que a psique é formadora de morfologia, isto é, é somatizadora, seria perdido. (Butler, 2019, p.125).

Na citação, Judith Butler questiona a existência de um corpo “em si”, ou seja, anterior às estruturas simbólicas, imaginárias e psíquicas que o constituem. Para ela, as descrições do corpo não partem de uma materialidade neutra ou natural, mas são sempre mediadas por fantasias, investidas psíquicas e esquemas culturais. Assim, os limites e contornos do corpo sua morfologia não são dados naturais, mas efeitos da tensão entre o psíquico e o material. Essa tensão não apenas atravessa o corpo, mas o constitui, fazendo com que o corpo seja, ele mesmo, um efeito dessa relação. Butler critica, portanto, a ideia de que a psique seria apenas o meio pelo qual um corpo pré-existente se tornaria cognoscível. Essa concepção manteria o corpo como uma entidade ontológica autônoma e a psique como um instrumento epistêmico passivo. Em vez disso, ela propõe que a psique é também somatizadora, ou seja, participa da formação da forma corporal, implicando que o corpo não é anterior à *linguagem* ou ao desejo, mas é constituído por eles. Trata-se, portanto, de uma crítica à noção essencialista de corpo, em favor de uma compreensão performativa e relacional da corporalidade.

No entanto, a crítica de Butler não se limita a uma análise das estruturas normativas de exclusão; ela também aponta a possibilidade de resistência e reconfiguração. A mesma estrutura discursiva que oprime pode ser subvertida. Em “Vida Precária Os Poderes do luto e da violência” (2004), Butler discute como as vulnerabilidades produzidas por certos regimes discursivos não são simplesmente passivas, mas podem ser apropriadas de maneira subversiva. A *linguagem* que fere, que marginaliza, também carrega o potencial de ser ressignificada, de criar novas formas de subjetividade. A *performatividade*, portanto, não é apenas uma prática que sustenta a dominação, mas também uma prática de resistência. A repetição dos atos, que inicialmente reforça a norma, pode também ser o ponto de desvio, onde novas formas de subjetividade podem emergir.

Essa reconfiguração do sujeito performativo como efeito e agente simultaneamente, como alguém constituído pelas normas, mas capaz de reiterá-las de forma dissonante, oferece uma oportunidade para pensar a escrita literária, como a de

Carolina Maria de Jesus, como um gesto filosófico. A literatura, nesse caso, funciona como uma prática de resistência à *abjeção* e à exclusão, assim como a filosofia, que interroga as formas de poder que determinam o que é considerado sujeito. A escrita de Carolina Maria de Jesus é performativa, pois não apenas narra sua vida e suas lutas, mas as constitui como um campo de possibilidade política. Ela escreve do lugar da exclusão, mas também do lugar da reescrita do próprio sujeito, rompendo com as normas e as expectativas impostas pelo sistema de reconhecimento dominante.

Além disso, ao problematizar a norma, Butler introduz a ideia de que a *linguagem* pode ser não apenas um campo de subordinação, mas também um espaço para sua própria crítica e desconstrução. A escrita de Carolina Maria de Jesus, ao exprimir a vivência da fome, da violência, do abandono e da luta cotidiana, coloca-se como um gesto que vai além da mera expressão de sofrimento. Sua escrita reconfigura a norma, ao expor as margens de uma cidade que insiste em invisibilizar os corpos abjetos. Nesse sentido, a escrita literária se alinha com a teoria de Butler, pois a *linguagem* pode tanto ferir quanto curar, tanto constituir quanto subverter a norma. A obra de Carolina, com sua *linguagem* direta e muitas vezes despretensiosa, é um exemplo concreto de como a *performatividade* opera no plano da resistência: ao escrever e ao existir em sua escrita, ela resiste ao apagamento e reinscreve-se como sujeito.

A obra de Carolina Maria de Jesus não é apenas uma testemunha do sofrimento, mas uma atuação que desafia a lógica da exclusão. O ato de escrever um diário, em um contexto de profunda marginalização, é, por si só, um ato performativo que questiona a norma e reescreve as formas de reconhecimento. Ao contar sua história, Carolina afirma sua dignidade e expõe a operação da norma racial, de classe e de gênero que estrutura a cidade e o discurso. A escrita, portanto, revela o *abjeto* não apenas como objeto de opressão, mas como uma potência subversiva que pode transformar a própria norma.

Em última instância, a proposta de Butler, ao dialogar com a obra de Carolina Maria de Jesus, nos permite pensar a *linguagem* não apenas como um reflexo das normas, mas como o próprio campo onde essas normas podem ser questionadas e reconfiguradas. A escrita de Carolina encarna a dialética da *performatividade*, onde a repetição das normas que marginalizam também pode se tornar o terreno da resistência e da reconstituição do sujeito. A intersecção entre a teoria de Butler e a prática literária de Carolina Maria de Jesus oferece, assim, um rico campo de análise para pensar as possibilidades de reescrever as histórias dos corpos marginalizados e abjetos.

A ESCRITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS COMO ATO PERFORMATIVO

O livro “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, publicado em 1960, é um fragmento do cotidiano de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, semianalfabeta, catadora de papel e moradora da favela do Canindé, em São Paulo. A escrita de seu diário não segue as normas literárias convencionais, tampouco se preocupa com a correção gramatical ou estilística. No entanto, é justamente nesse gesto de *linguagem* direta e improvisada que se revela sua força política: a inscrição do corpo abjeto negro, pobre e feminino no espaço da palavra. Trata-se de uma performance de subjetivação que desafia os limites impostos pela norma social.

Para evidenciar essa resistência, recorro ao seguinte fragmento:

13 de maio de 1958

[...] Chove, esfriou. É o inverno chega. E no inverno a gente come mais. A vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos.

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! [...] (Jesus, 2020 p.36).

A escrita de Carolina Maria de Jesus não é apenas um ato de narração do que acontece em sua vida, mas uma prática ativa de resistência à estrutura social que a marginaliza. Ao escrever sobre a fome, a violência, a rejeição e o lixo, Carolina não apenas relata sua realidade, mas performa essa realidade. Sua *linguagem* é uma prática de corpo e memória, uma maneira de resistir ao apagamento de sua existência e ao silenciamento de sua voz. A escolha de manter um diário, sem a expectativa de publicação, já é um gesto de constituição do sujeito. Nesse sentido, o sujeito que escreve se produz no ato de escrever, e sua escrita se configura como uma prática de reapropriação de seu corpo e de sua história. Como propõe Butler (2003), “os sujeitos não precedem seus atos, mas são produzidos por eles”. A cada anotação, Carolina se reinscreve como sujeito inteligível, mesmo que sua existência escape às formas canônicas de reconhecimento e representação.

Para exemplificar cabe recorrer ao fragmento:

14 de junho

[...] Está chovendo, Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados mendigos. Vou aproveitar a deixa. A vera não vai sair comigo porque está chovendo. [...] ageitei um guarda-chuva velho que achei no lixo e sai. Fui no frigorífico, ganhei uns ossos. Já serve. Faço uma sopa. Já que a barriga não fica vazia, tentei viver de ar. Comecei a desmaiar. Então eu resolvi trabalhar porque não quero desistir da vida (Jesus, 2020, p.61).

No fragmento de “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, Carolina Maria de Jesus expõe a dura realidade da fome e da marginalização enfrentadas pelos moradores da favela, evidenciando como a falta de trabalho os coloca em uma posição ainda mais vulnerável. A chuva, que impede a coleta de papel, transforma-se em um símbolo de impotência diante das circunstâncias, reforçando a ideia de que, sem meios de subsistência, resta apenas a mendicância. No entanto, mesmo em meio à miséria, a autora demonstra resistência ao improvisar soluções para alimentar-se e seguir adiante, recusando-se a se entregar à inércia da fome. O trecho destaca a materialidade do corpo e sua relação direta com a sobrevivência, mostrando que a exclusão social não é apenas uma questão simbólica, mas também uma experiência física, concreta e dolorosa

A *performatividade* de sua escrita emerge também na repetição dos gestos cotidianos: buscar comida no lixo, cuidar dos filhos, lutar por dignidade. Ao descrever essas ações, Carolina não as apenas relata, mas as ressignifica. Ela não apenas se torna o objeto do olhar social, mas a autora de sua própria narrativa. A *linguagem*, nesse caso, não representa a exclusão, mas a interrompe. Como lembra Butler (2015), a *linguagem* pode ferir, mas também pode curar, construir e desviar. A escrita de Carolina é um desvio da norma dominante que busca marginalizá-la, uma intervenção que expõe a estrutura de poder racial e de classe que organiza a cidade e o discurso, ao mesmo tempo que cria um espaço de possibilidade para reconfigurar a identidade de um corpo considerado abjeto.

Além disso, ao narrar sua vida com lucidez crítica, Carolina rompe com o lugar de subalternidade que lhe foi historicamente atribuído. Ela não é apenas objeto de discurso, ela é sua autora. Esse deslocamento é crucial: o corpo abjeto, antes visto apenas como objeto de sofrimento e negação, torna-se uma fonte de enunciação. A escrita de Carolina faz desse corpo subalterno um espaço ativo de enunciação e resistência. A performance da escrita, portanto, constitui também uma ética: viver e

narrar o mundo a partir do lugar do “despejo” é um gesto de recusa à naturalização da exclusão. Ao se reescrever no espaço da palavra, ela subverte a lógica de invisibilidade que tradicionalmente a exclui do campo da representação e da história.

A relação entre a *linguagem* e o poder, abordada por Michel Foucault, especialmente na obra “A Ordem do Discurso” publicada em 1970, também pode ser útil para entender a profundidade da escrita de Carolina. Para Foucault, a *linguagem* não é apenas um reflexo da realidade, mas um campo de poder. Através da *linguagem*, são moldados os sujeitos e as verdades que os definem. Ao escrever sobre sua realidade de fome, violência e abandono, Carolina não apenas registra esses aspectos da vida marginalizada, mas também os inscreve no campo da discursividade, tornando-se, assim, uma produtora de sentido e de resistência. Em suas palavras, o corpo negro e feminino, que é marginalizado e desumanizado pela sociedade, ganha um novo significado, contestando as normas estabelecidas. Para corroborar essa afirmação, recorro ao fragmento do autor francês,

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (Foucault, 1996, p.10).

Na citação acima, Michel Foucault evidencia a centralidade do discurso como um campo de tensão onde se entrelaçam desejo e poder. Para o autor, o discurso não é mera ferramenta de comunicação ou representação da realidade, tampouco um simples véu que encobre ou revela o desejo: ele é, simultaneamente, aquilo que o desejo busca e aquilo que o poder disputa. As interdições que recaem sobre os discursos, ou seja, os mecanismos que os limitam, silenciam ou regulam, revelam sua potência construtiva. O discurso é, portanto, um lugar estratégico de disputa: não apenas expressa relações de poder, mas é também aquilo que está em jogo nessas relações sendo constantemente regulado porque possui a capacidade de produzir verdades, formar sujeitos e sustentar regime de saber. Nesse sentido, a *linguagem* não é exterior ao poder, mas uma de suas expressões mais intensas e produtivas.

A escrita de Carolina Maria de Jesus também pode ser compreendida a partir da noção de *abjeção* que Judith Butler (2023) desenvolve em diálogo com Julia Kristeva (1982). A *abjeção* é o processo pelo qual certos corpos são expulsos para os limites da

sociedade e da *linguagem*, para que a norma se mantenha intacta. O corpo racializado, pobre, dissidente e feminino é visto como algo a ser rejeitado, o que coloca os sujeitos nessas condições fora do campo da humanidade. No entanto, a escrita de Carolina, longe de ser uma expressão da *abjeção*, ressignifica esse processo. Em vez de aceitar a invisibilidade que lhe foi imposta, ela se inscreve no espaço da *linguagem* e reivindica seu lugar de sujeito.

O conceito de *abjeção* não é, entretanto, definitivo. Butler, em “Vida Precária: Os Poderes do Luto e da Violência” (2004), argumenta que a *linguagem* que fere pode também ser reconfigurada, resistir e ressignificar. A *performatividade*, nesse sentido, não é apenas um mecanismo de opressão, mas também uma estratégia de resistência. A repetição que sustenta as normas sociais pode ser também a via pela qual essas normas são desviadas e subvertidas. A escrita de Carolina Maria de Jesus, com seu gesto de resistência ao que lhe é imposto, torna-se um exemplo de como a *performatividade*, longe de ser uma simples reprodução de normas, pode ser uma ferramenta para questionar e reconfigurar a própria estrutura de poder que a marginaliza.

Assim, a escrita de Carolina Maria de Jesus se configura como um ato performativo em dois níveis. Em primeiro lugar, ela é performativa no sentido de que sua escrita reconstitui e reescreve sua identidade, dando visibilidade a um corpo que a sociedade tentava silenciar. Em segundo lugar, a escrita de Carolina também é um gesto de resistência que subverte as normas de reconhecimento e de inteligibilidade. Ao escrever sobre sua experiência de vida no contexto da favela, ela não apenas narra, mas reconfigura o lugar da exclusão, dando-lhe um novo significado. Essa escrita, ao mesmo tempo que revela a violência e a marginalização, também cria um espaço de reapropriação e reinvenção do sujeito, mostrando como a *performatividade* pode ser uma ferramenta de resistência contra as forças de poder que a oprimem.

10 de maio de 1958

[...] O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome . A fome também é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (Jesus, 2020, p.35).

Nesse trecho de “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, Carolina Maria de Jesus evidencia de forma contundente a relação entre a experiência da fome e a capacidade de desenvolver empatia e senso de responsabilidade social. Ao afirmar que “a fome também é professora”, Carolina transforma uma vivência extrema de

vulnerabilidade em uma fonte legítima de saber. Para ela, somente quem já passou fome é capaz de compreender profundamente as necessidades do outro, especialmente das crianças, e por isso estaria mais apto a governar com justiça. A fala desafia as hierarquias tradicionais do saber político e ético, deslocando a autoridade da experiência para além dos espaços formais de poder e da educação institucional. Nesse sentido, Carolina propõe uma ética encarnada, forjada no cotidiano da sobrevivência, em que a dor e a escassez geram uma consciência aguda da desigualdade e da urgência da solidariedade. Trata-se de uma crítica direta às elites políticas e econômicas que governam sem conhecer as privações do povo, e uma reivindicação da experiência como forma legítima de conhecimento e critério de autoridade moral.

CONCLUSÃO

A escrita de Carolina Maria de Jesus, em “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, constitui um exemplo paradigmático de como a *linguagem*, longe de ser apenas um reflexo passivo da realidade, se configura como um campo ativo de resistência e reconfiguração do sujeito. Através de seu diário, Carolina não apenas narra a vida de uma mulher negra, pobre e marginalizada, mas, sobretudo, inscreve-se no espaço da palavra como um ato performativo que desafia as normas sociais e culturais que a tentam submeter ao silêncio e à invisibilidade. Sua escrita não se limita a relatar uma experiência de sofrimento, mas a reconfigurá-la, tornando-a visível e inteligível em um contexto onde corpos como o seu são sistematicamente excluídos da narrativa pública e da história oficial.

A perspectiva de Judith Butler sobre a *performatividade do gênero*, que entende o sujeito como constituído por atos repetidos e normatizados, oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender o movimento subversivo presente na escrita de Carolina. A autora não se limita a ser a receptora passiva das normas que a marginalizam; ao contrário, ela as desvia e as ressignifica, escrevendo sua própria história a partir de seu corpo abjeto, fazendo dele não apenas um objeto de sofrimento, mas uma fonte de enunciação e de resistência. Nesse processo, sua *linguagem* não apenas interrompe as normas que a excluem, mas as questiona e subverte, criando um espaço onde a possibilidade de reescrever-se, mesmo a partir do lugar da exclusão, se torna concreta.

Ao inscrever sua vivência de fome, violência e abandono nas páginas do diário, Carolina não apenas expressa uma condição de marginalidade, mas se posiciona como

autora de sua própria narrativa, desafiando as estruturas de poder que determinam quem pode ser ouvido e quem deve ser silenciado. Sua escrita se configura como um ato ético de resistência, pois ao narrar o mundo a partir do lugar do “despejo”, ela se recusa a naturalizar a exclusão e a invisibilidade impostas pelo sistema social e econômico. De fato, ao manter esse diário, Carolina realiza um movimento de empoderamento, ao mesmo tempo em que inscreve, no ato de escrever, a possibilidade de uma transformação subjetiva e social.

Além disso, a leitura da escrita de Carolina como *performatividade*, alinhada às teorias de Butler e Foucault, revela o caráter subversivo da *linguagem*. Como Butler argumenta, a *linguagem* não apenas exclui, mas também oferece possibilidades de reapropriação e de resistência. A repetição das normas não é imutável, mas pode ser desviada, como evidenciado pela escrita de Carolina Maria de Jesus. Nesse sentido, sua obra não é apenas uma resposta passiva às condições opressivas de seu tempo, mas um ato de reconfiguração do sujeito e da sociedade. Ao ocupar o espaço da palavra, Carolina transforma sua experiência de marginalização em um gesto de subversão que expõe a violência estrutural da sociedade brasileira e oferece uma nova forma de entender a relação entre corpo, *linguagem* e poder.

Portanto, a escrita de Carolina Maria de Jesus, longe de ser uma mera documentação da miséria e da exclusão, se configura como um ato performativo que desafia as normas estabelecidas, oferecendo uma nova forma de enunciar o sujeito marginalizado. Em sua *linguagem*, podemos reconhecer a possibilidade de reescrever a história e de reconfigurar as relações de poder que estruturam a sociedade, abrindo espaço para uma nova forma de subjetivação que resiste à subordinação e à invisibilidade. Nesse processo, a escrita de Carolina não é apenas um reflexo de sua realidade, mas uma intervenção na realidade, uma ferramenta de resistência que, ao mesmo tempo em que expõe as condições de marginalização, cria um espaço de possibilidade para que o sujeito abjeto seja reconhecido e, finalmente, ouvido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Sérgio Lamarão e Irene Pequeno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- BUTLER, Judith. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. London: Verso, 2004.
- CAROLINA, Maria de Jesus. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Apresentação de Audálio Dantas. São Paulo: Ática, 2020.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 5º ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- KRISTEVA, Julia. *Pouvoirs de l'Horreur essai sur l'abjection*. Paris: Éditions du Seuil, 1982.